

OTHMAR KEEL, *Die Welt der altorientalischen Bildsymbolik und das Alte Testament. Am Beispiel der Psalmen*, 5ª ed., Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen 1996, 392 pp., 544 desenhos e 32 reproduções fotográficas (Tafeln). ISBN 3-525-53638-0

O número de edições já diz alguma coisa desta Obra do catedrático de Antigo Testamento em Friburgo da Suíça. Ao mesmo tempo consagra o método do Autor, o qual consiste em detectar nas imagens o complemento indispensável para a mensagem dos textos.

É que as vias de acesso ao passado, recorda o Autor na Introdução, não se resumem aos textos. Sobretudo no Oriente Antigo, onde os sistemas de escrita estão mais ou menos ligados à imagem. Se a representação iconográfica representa uma certa simplificação, a mensagem dos textos também não dá senão uma parte da realidade. O acesso através da iconografia tem não só as vantagens da originalidade e autenticidade mas ainda a de vir ao encontro de uma tendência pedagógica do nosso tempo com a sua sensibilidade pelo visual.

O merismo «céus e terra» soa-nos a bastante familiar. Mas basta olhar para as imagens egípcias de céu e terra como deuses para entrarmos num mundo que nos não é nada familiar. Ora o mundo conceptual dos salmistas e do Antigo Testamento em geral estava muito mais próximo do egípcio do que do nosso. O faraó a esmagar inimigos tanto pode representar uma cena histórica (batalha de Kadesh) como revelar uma faceta essencial, metafísica e metatemporal do rei egípcio. De modo semelhante, o que os Salmos dizem do rei de Israel nem sempre se refere a dados históricos. «O presente trabalho quer em primeira linha estimular uma determinada maneira de ver. A sua primeira preocupação não é esclarecer sobre o pormenor individual. Antes se impôs a tarefa de tornar facilmente acessível material imagético tão vasto quanto possível numa espécie de relato global (*survey*) e (no texto que se segue) chamar a atenção para semelhanças entre a problemática e o mundo conceptual destas imagens e as dos Salmos.» (p. 11). As imagens foram concebidas para ser *lidas*, não para ser *contempladas*, como já H. Schäfer observava para a arte egípcia. Leitura que implica não

uma visão unitária das coisas, mas uma multiplicidade de aspectos ou aproximações (*multiplicity of approaches*, de H. Frankfort). Seguem-se seis capítulos recheados de informação e de gravuras:

- I. Concepções do edifício do mundo (pp. 13-52).
- II. Potências da destruição (pp. 53-97).
- III. O templo – lugar da presença de Javé e espaço da vida.
- IV. Ideias de Deus (pp. 157-220).
- V. O rei (pp. 224-285).
- VI. O homem perante Deus (pp. 287-331).

Arredondam o volume um Posfácio (p. 332), correcções e adenda à 1ª edição (pp. 333-348), Siglas (349-350), Bibliografia (pp. 350-359), Dados técnicos e fontes das gravuras (pp. 359-372), Lugares bíblicos (pp. 372-381), Índice analítico (pp. 381-387), Elementos de cronologia do Oriente Antigo (p. 389), Mapa (pp. 390-391).

O tratamento sistemático dos capítulos reforça com imagens algumas observações gerais da Introdução. Céu não era o firmamento azul ou nublado em que pensamos ao ouvir ou ler o vocábulo. Tanto podia ser cobertura firme como par de asas, mulher ou oceano. Os Egípcios representaram de bom grado o céu como mulher curvada sobre a totalidade da terra, tocando uma das extremidades com a ponta dos dedos e a outra com as pontas dos pés. Curioso é (o deus) Céu (Nut) ser feminino em egípcio e (o deus) Terra masculino. Não é apenas uma arbitrariedade ou contingência gramatical. Não havia e dificilmente podia haver mito de terra-mãe, fecundada a modo de sêmen pelas chuvas do céu. É que a fertilidade não vinha do céu, mas sim das profundezas da terra, do abismo (Nun) que anualmente irrompia à superfície com as cheias do Nilo. Céu e terra estava originalmente unidos, sendo depois separados à força pelo (deus) Ar (Shu). Tudo isto se lê da imagem nº 25 (p. 25): Nut curvada em porte atlético, Geb de falo erecto como tentando a reunião inicial. Para obviar à dificuldade de imaginar a abóbada vastíssima do céu sem nenhum pilar de suporte, representou-se apoiada em dois braços do deus da sabedoria, Thot, identificado com Shu. Compreendemos assim a expressão de Prov 3,19: «Javé firma o céu pela sua *sabedoria*» (nº 29, p. 27).

Asas aparecem na iconografia egípcia não como meio de voar, mas com a ideia de «protecção». É o sentido de várias passagens do Saltério (61,5; 36,8, 57,2; 91,4). «Asas de Deus» são em Sl 61,3 ss simplesmente o céu próximo (p. 22).

Céu e terra não é a única maneira de exprimir a totalidade do universo. Há igualmente as concepções tripartida (céu, terra e mar de Sl 8, 8-9; 33,6-8), podendo o mar equivaler a abismo primordial e reino dos mortos. O Sl 135,6 concebe o universo composto de quatro partes (p. 29).

O caos primordial torna-se presente no mar: Yam nos textosugaríticos é o grande adversário de Baal e em SI 74,13 e 89,10 aparece à frente do torvelinho do caos. Numa imagem mesopotâmica (nº 43), o deus Sol rompe entre as asas do dragão do caos (p. 40). Da Mesopotâmia vêm, aliás, as mais expressivas representações do caos em luta com os deuses (nºs 45-52, pp. 42-45). Com elas se iluminam SI 104,7 («Ao teu rallo fugiram [as águas do caos], ao teu trovão retrocederam medrosas»), 89,11^a («rasgaste Rahab como um cadáver», 104,9 («Puseste um limite [às águas do caos] que não devem ultrapassar, nunca mais podem cobrir a terra»), entre outros.

À cabeça das potências de destruição (cap. II) vem a morte. A imagem nº 33 mostra as portas do reino dos mortos no deserto e no mar. O homem antigo sentia não só aí a proximidade da morte, mas também na prisão e na doença grave, que levam o homem «às portas da morte» (SI 107,18). Nada melhor do que compreender as expressões dos salmos de lamentação à luz das imagens com que o Oriente antigo nos legou sobre sepulcros, funerais, cisternas (que serviam de cadeias) e poços, mar, deserto, noite (nºs 54-90, pp. 53-68).

Inimigos do indivíduo são sobretudo demónios e criminosos. Sabe-se pouco das crenças e escasseiam as imagens dos Cananeus sobre demónios (p. 73), ao contrário do que acontece para o Egipto e Mesopotâmia. Mesmo assim, ilustra-se SI 78,49c e 91,5-6 com uma imagem de Megiddo (nº 97).

Não era difícil arranjar imagens para o templo (cap. III) e as suas partes (altares e mobiliário) nem para o culto (cap. VI – posições do orante, procissões, instrumentos musicais). Que clareza e expressividade na oração de joelhos e em prostração (tão faladas nos Salmos) nas imagens nºs 412-413, do velho Egipto (p. 288)! Mas para as ideias de Deus? Felizmente para nós, elas não eram tão abstractas que dificultassem a tarefa. Deus é «torre», «rocha», «lugar de refúgio» (pp. 157-159) e para isso não faltam imagens do Oriente Antigo. Como também para entender Deus como «meu escudo» (SI. 7,11; 18,3; 28,7), «nosso escudo» (SI 33,20; 59,12). A armadura dos guerreiros assírios, tão temidos como frequentes na Palestina, mostra o que o salmista entendia com a metáfora.

Repositórios de imagens do Oriente Antigo com possível aplicação na Bíblia já os havia desde H. Gressmann, *Altorientalische Bilder zum Alten Testament* (2^a1927) e sobretudo do vulgarizado J. B. Pritchard, *The Ancient Near East in Pictures Relating to the Old Testament* (ANEP, 1954). Mas, como nota o Autor (p. 10), por um lado, mal se notava a segunda parte do título (relação com o Antigo Testamento) e por outro ficava a cargo do leitor estabelecer a ligação. Na Obra em apreço, a

ligação é o principal objectivo. Creio bem que está perfeitamente realizada a esperança do Autor: que a Obra se «revele uma mina para os que se querem ocupar com o mundo conceptual do Antigo Testamento e sobretudo dos Salmos» (p. 11).

José Nunes Carreira

ROLF GUNDLACH-CHRISTINE RAEDLER (ed.), *Selbstverständnis und Realität*. Akten des Symposiums zur ägyptischen Königsideologie in Mainz 15.-17.6.1995 (Ägypten und Altes Testament, 36,1), Harrassowitz, Wiesbaden 1997. ISBN 3-447-03965-5

O volume transcreve as Actas das jornadas sobre a ideologia régia do antigo Egipto, promovidas pelos egiptólogos de língua alemã. O tema é bem actual. É que, ao lado da legitimação do poder político em geral, a estrutura e evolução da realeza, incluindo aspectos parcelares como a coroação, é um problema central de quase todas as disciplinas históricas, sobretudo para as idades Média e Moderna. A mesma questão se vem pondo na investigação da história pré-clássica, com relevo para o Egipto faraónico, mas a que nem a Pérsia aqueménida nem o pequeno Israel escapam.

Assinalando esta actualidade, R. Gundlach traça em «Zu Inhalt und Bedeutung der ägyptischen Königideologie» (pp. 1-8) o que julga ser a estrutura fundamental da ideologia régia faraónica: a bipolaridade do título que revela a sua qualidade representante do deus Sol na terra (Hórus) e dos que evocam o seu papel e poder de rei – «O das duas Senhoras», carregado da potência de duas deusas, e «Hórus de Ouro», resplandecente do ouro de Hórus.

No estudo seguinte, o mesmo autor aprofunda a reflexão em «Die Legitimation des ägyptischen Königs – Versuch einer Systematisierung» (pp. 11-20), contrapondo fundamentalmente legitimação divina e legitimação jurídica, salientando no âmbito da última a designação do futuro rei pelo antecessor, tão importante que alguns faraós, casos de Amenemhat I e Hatshepsut, a tiveram de inventar *a posteriori*. Legitimações políticas foram as de Hatshepsut e Horemheb, que, com ou sem oráculos, justificaram o poder que de facto já exerciam. A legitimação política mais importante é, porém, a sucessão genealógica. Mas não bastava ser filho do rei anterior para reclamar o trono. Dá a necessidade de outras legitimações, à cabeça das quais a escolha divina e a aquisição da filiação divina na coroação, pelas quais o faraó desempe-